

A CONSTRUÇÃO DO AMBIENTE ALFABETIZADOR NO ESPAÇO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

**Ana Angélica Silva Fernandes¹, Marcia Maria de Oliveira²,
MSc. Vera Lúcia Catoto Dias³, MSc. Maria Angélica Gomes Maia⁴**

¹Aluna da Universidade do Vale do Paraíba, UNIVAP, Curso Normal Superior – angélica.sjc@terra.com.br

²Aluna da Universidade do Vale do Paraíba/Instituto Superior de Educação – marciamaroli@ig.com.br

³Docente da Universidade do Vale do Paraíba/Instituto Superior de Educação - vcatoto@univap.br

⁴Docente da Universidade do Vale do Paraíba/Instituto Superior de Educação – mamaia@univap.br

Resumo: Este trabalho fundamentado em Ferreiro & Teberosky (1999), Soares (2004) e Garcia (2004) tem como objetivo investigar a relação entre: a construção do ambiente alfabetizador de qualidade, na Educação Infantil, na Creche e a aprendizagem bem sucedida da criança de quatro a seis anos. No desenvolvimento da investigação foram possíveis aproximações pedagógicas com pensadores da educação, constituídos pela pesquisa teórico-bibliográfica. A relação entre a teoria e a prática possibilitou identificar práticas educativas que sugerem pistas, apontam trilhas, instigam a retomada de orientação, enfim, é processo e caminhada.

Palavras-chave: Educação Infantil, Ambiente Alfabetizador, Aprendizagem.

Área do Conhecimento: Educação

Introdução

No Brasil bem como em outras partes do mundo, a educação tem passando por mudanças consideráveis ocorridas na sociedade, como a inserção da mão de obra feminina no mercado de trabalho de forma crescente e acentuada, assim como a responsabilidade sozinha pela família, sejam pelas novas concepções das famílias, pelas exigências de mercados, cada vez mais competitivos, e sejam até por exigências internacionais.

Por estes fatores nosso país começa a organizar-se no que se refere à educação em especial para as crianças de zero a seis anos. Houve uma demora em se perceber que a educação tem que ter suas bases bem organizadas e definidas, pois nas crianças estão as garantias de um futuro melhor.

E para que essas crianças desenvolvessem suas potencialidades e passassem a ser o alicerce do futuro, começaram a valorizar a infância e seu percurso. Partindo destes fatores descritos e de outros precedentes, as instituições governamentais e a sociedade exigem que esta valorização seja inserida em nossa Carta Magna.

Este reconhecimento exigido se concretiza com a elaboração da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), que tem por finalidade fundamentar questões pertinentes à Nação.

Com a elaboração de nossa 6ª Constituição, considerada a mais democrática, passa a ser assegurado como dever do Estado e direito da criança o *Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade (artigo 208, inciso IV)*.

O tempo passa e, para solidificar e direcionar os diferentes trâmites de educação que acontecem dentro de nosso contexto histórico, a promulgação de Lei nº 9.394 em 20 de Dezembro de 1996 (Brasil, 1996), que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN que no artigo 1º cita que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Entretanto, a homologação da lei da educação não é suficiente, é um instrumento que pode ser usado para a melhoria da qualidade da educação, mas nem sempre isso acaba acontecendo. Percebeu-se que o contexto da educação precisava ter referenciais que fossem norteadores para a educação brasileira, tanto para o Ensino Fundamental como para a Educação Infantil, ambas etapas de escolaridade que fazem parte da Educação Básica.

A história da Educação do Brasil identifica

a influência de alguns educadores, nas práticas pedagógicas de sala de aula, como: Kato (1985), Moll (1996), Rego (2002), Piaget e Inhelder (2001), Ferreiro e Teberosky (1999), dentre outros. Com isso re-orientam a ação ensino-aprendizagem e o processo de alfabetização para um conjunto de interações e não como um item isolado. Mas é preciso ressaltar que os pesquisadores em educação sempre estão em busca de propostas de alfabetização de qualidade.

Na sociedade atual ser letrado significa mudança na condição social e cultural do indivíduo, por influência do uso da leitura e da escrita. Ser letrado implica ser crítico, participativo e assim, poder modificar a sua vida. Demanda ler e entender com autonomia um contrato imobiliário, solicitações bancárias, manuais de instruções, entre outros documentos escritos, que se não compreendidos, podem causar danos à vida das pessoas, que se depara com textos como estes. Significa contemplar a linguagem em seu nível de compressão, ampliar o vocabulário e colocar os conhecimentos lingüísticos em prática, conferindo autonomia na vida de cada um de seus usuários.

Pode-se afirmar que cada um, dependendo do uso no dia-a-dia, terá mais ou menos conhecimento com relação à leitura e a escrita. Como sinalizado por Soares:

(...) a criança que ainda não se alfabetizou, mas já folheia livros, finge lê-los, brinca de escrever, ouve histórias que lhe são lidas, está rodeada de material escrito e percebe seu uso e função, essa criança é ainda "analfabeta", por que não aprendeu a ler e a escrever, mas já penetrou no mundo do letramento, já é de certa forma, letrada. (2004, p.24).

A partir das impressões de Soares, pode-se perceber o quanto é importante e significativo propiciar às crianças um contato freqüente com diferentes portadores textuais. Podemos propor situações em que as crianças tenham contato com revistas, cartazes de propagandas, cartas de bancos, folhetos, cardápios de pizzarias e restaurantes, histórias em quadrinhos, entre outros textos que circulam em nossa sociedade, e que certamente são conhecidos por nossas crianças.

Ainda segundo (Soares, 2004), um leitor letrado formula questões enquanto lê, ou seja, procura no texto as respostas às suas questões iniciais, seleciona trechos que atendam às suas necessidades, faz antecipações, faz críticas, estabelece relações com o seu conhecimento de mundo, considerando o que sabe advindo de outras áreas do conhecimento, reformula suas hipóteses iniciais, enfim, se apropria do texto.

Nesse momento apropria-se da língua escrita e promove sua inserção cultural e social. Como orientação de Freire:

A alfabetização não pode ser reduzida a um aprendizado técnico - lingüístico, como um fato acabado e neutro, ou simplesmente como uma construção pessoal intelectual. A alfabetização passa por questões de ordem lógico-intelectual, afetiva, sócio-cultural, política e técnica. (Freire, 1996, p. 60).

Materiais e Métodos

A criança constrói a linguagem oral e escrita na interação, participação e nas vivências de práticas de leitura e escrita, sendo que faz parte do desenvolvimento da criança a dimensão do concreto, carregada de significado de construção.

Na construção do ambiente alfabetizador em que se inserem, têm-se as crianças, que são neste caso as principais componentes; em seguida vêm os professores como referenciais de leitor e escritor e, que por ações de mediação, intervenção, articularão atividades pedagógicas de leitura e escrita. Deve haver também outros recursos físicos para serem manuseados os quais podem auxiliar as crianças na descoberta dos códigos da escrita e outros recursos para desenvolver a oralidade, a criticidade e a criatividade. Sem contar que o ideal seria ter espaço físico privilegiado com boa iluminação e aconchegante.

Os recursos devem ser organizados de tal maneira que a própria criança possa transitar livremente, assim como ter acesso ao material didático disponibilizado no ambiente alfabetizador. A informática deve ser incluída como um recurso, viabilizando uma outra situação de interação com a escrita.

Atualmente tem sido garantido acesso à todo tipo de informação na construção de um ambiente alfabetizador, podendo ser facilmente explorada a relação entre essa multiplicidade de materiais disponibilizados aos profissionais de educação e as crianças.

Ao refletir sobre essa possibilidade tem-se: livros infantis, assinatura de jornais diários, revistas semanais, TV, fitas de vídeos, DVDs, a utilização da internet e microcomputadores, bem como todo tipo de aplicativos e CD ROMs.

À medida que o ambiente alfabetizador é planejado impulsiona a atuação do profissional de Educação Infantil que passa assim a assumir a função de mediador entre as crianças e a construção de conhecimento.

A construção de conhecimento na perspectiva sócio-interacionista mobiliza o professor (a) a pensar na interação da criança com as diferentes áreas do conhecimento. Essa

interação deve ser organizada de maneira que as crianças, nesse processo de aprendizagem, sejam desafiadas na busca de novos conhecimentos e que os espaços sejam garantidos para que possam também contemplar os conhecimentos já construídos.

Refletir sobre a organização do espaço de aprendizagem exige do (a) professor (a) fundamentação e posicionamento frente à concepção de metodologia diferenciada para o planejamento das atividades desenvolvidas no contexto de construção de conhecimento.

Além dos aspectos inquietantes, já citados, que fazem parte do cotidiano dos professores, um outro fator a considerar, refere-se à gestão de sala de aula. Nesse sentido, pode-se afirmar que gerenciar uma sala de aula exige do educador inúmeras competências e habilidades.

Organizar e administrar situações de ensino e de aprendizagem requer do educador dois procedimentos práticos fundamentais e constantes no contexto de sala de aula: planejar e avaliar.

Ambiente de Pesquisa

Durante a formação no 5º Período do Curso Normal Superior, do ano de 2005, foi desenvolvida a proposta de confeccionar uma brinquedoteca para crianças de zero a seis anos. Com a intenção de constituir este material didático, foram organizados cinco (5) kits. Os kits confeccionados foram: escritório, brechó, casinha, escolar e arara com diversas fantasias.

Em cada kit teve-se o cuidado de incluir a maior quantidade possível de objetos que pudessem incentivar os alunos a aprenderem de maneira lúdica. Para o kit-escritório, por exemplo, foi possível reunir calculadora, risque-rabisque, calendário, telefone, canetas, teclado de computador, monitor e mouse, vários tipos de papéis, régua, dinheirinho, entre outros objetos que pudessem estimular o uso da escrita e da leitura pelas crianças.

No 6º Período do Curso Normal Superior, recebeu-se a proposta de aplicar numa sala de Educação Infantil, o material didático confeccionado no semestre anterior.

Optou-se por aplicar a acima descrita brinquedoteca, numa creche de São José dos Campos, SP. Sabia-se que neste local havia poucos recursos didáticos.

No dia combinado, foi aplicado o material numa sala de Infantil III, com crianças de cinco (5) anos. Disponibilizou-se todos os kits, e foi proposta uma roda de conversa. Nesta estabeleceu-se com as crianças, os combinados para o uso dos kits. As crianças pareciam

curiosas e estavam inquietas para dar início às brincadeiras.

O kit-escritório fez o maior sucesso. Presenciou-se como as crianças conversavam ao telefone, enquanto escreviam em seus papéis todos os compromissos e deveres que a brincadeira exigia:

“Alô!”

“Quem está falando?”

“É dona Patrícia do escritório”. “Eu estou muito ocupada agora”.

“Posso marcar uma hora, pra mim?”

“Pra amanhã pode”.

“Amanhã eu não posso”. “Só dia dez”.

Resultados

As crianças reproduziam falas adultas mantendo fielmente as circunstâncias na qual estavam envolvidas. Enquanto conversavam, escreviam, digitavam letras no teclado, “liam” seus registros e usavam a calculadora. Pode-se observar, a utilização da escrita pelas crianças, em situações de jogo simbólico.

No kit-escola, percebeu-se que as crianças também não perderam a oportunidade de escrever, mesmo sem saber fazê-lo convencionalmente. Pareciam saber que ao representar o ambiente de uma escola, o ato de escrever seria bastante solicitado.

Conclusão

Nesse ambiente alfabetizador organizado por nós, as crianças puderam utilizar e ampliar um pouco mais seus conhecimentos sobre o funcionamento da leitura e escrita.

Enfim, percebeu-se que é de grande valia criar na sala de aula um ambiente lúdico relacionando à prática da leitura e da escrita.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: São Paulo: Saraiva 2003.

_____. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referenciais curriculares nacionais para educação infantil**. Brasília. MEC/SEF, 1997.

FERREIRO, E. e TEBEROSKY A. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Editora Artmed, 1999.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GARCIA, R. L. **Novos olhares sobre a alfabetização**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

KATO, M. O. **O aprendizado da leitura**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

MOLL, J. **Alfabetização possível**: reinventando o ensinar e aprender. Porto Alegre: Mediação, 1996.

PIAGET, J. e INHELDER, B. – **A psicologia da criança**. 17 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

REGO, T. C. **Vygotsky** - Uma perspectiva histórico cultural de educação. 13 ed. Editora Vozes: Petrópolis, 2002.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.